



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 4 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA .....	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil .....	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial .....	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indefinição mantém PIM em estado de alerta.....	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indefinição mantém PIM em estado de alerta (continuação) .....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Pesquisa .....	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Preços .....	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Brasil Maior .....	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
CAPA .....	9
CAPA	
A CRITICA	
Vanessa Grazziotin .....	10
OPINIÃO	
A CRITICA	
AM se volta contra os splits e motos chinesas.....	11
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
AM se volta contra os splits e motos chinesas (continuação) .....	12
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Juta e malva.....	13
ECONOMIA	
A CRITICA	
Até 2016.....	14
ECONOMIA	
A CRITICA	
Porto licenciado.....	15
CIDADES	
A CRITICA	
Porto licenciado (continuação) .....	16
CIDADES	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA .....	17
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Empresários comemoram licença para instalação de porto no PIM .....	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Dilma Rousseff garante a Omar Aziz uma solução para concorrência desigual .....	19
ECONOMIA	

<b>MASKATE</b> Outro golpe da Dilma contra o Amazonas.....	20
POLITICA	
<b>MASKATE</b> Outro golpe da Dilma contra o Amazonas (continuação) .....	21
POLITICA	
<b>MASKATE</b> Adin 4635 mela planos dos paulistas.....	22
ECONOMIA	
<b>MASKATE</b> Adin 4635 mela planos dos paulistas (continuação) .....	23
ECONOMIA	
<b>MASKATE</b> Funcionários da Moto Honda voltam ao trabalho .....	24
ECONOMIA	

CAPA

# Definição dos tablets ainda preocupa segmento no PIM

*Nem as mudanças da política industrial e nem as alterações garantidas pelo governador Omar Aziz (PSD) na MP (Medida Provisória) dos tablets, com o intuito de delimitar o tamanho do dispositivo e impedi-lo de se assemelhar aos televisores, foram suficientes para que o segmento eletroeletrônico pudesse 'respirar aliviado'.*

## Frente & Perfil

### ADIN

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo governo do Amazonas contra decreto do governo do Estado de São Paulo que prejudica a Zona Franca de Manaus está nas mãos do ministro Celso de Melo, segundo o procurador geral do Amazonas, Frânio Lima, “ela foi distribuída ontem”, disse.

## Editorial

### Juta do Amazonas ameaçada por liberação de importações

**A** área técnico econômica da equipe de governo da presidenta Dilma Rousseff e, por afinidade, a própria chefe de governo, decididamente, estão contra o progresso e desenvolvimento do Amazonas. De um lado, ela faz promessas políticas, de outro, seus assessores

econômicos criam leis e normas prejudiciais ao Estado.

Já não bastasse a enxurrada de medidas de desoneração de tributos incentivando a produção de bens de informática em todos os Estados, com prejuízos claros à Zona Franca de Manaus, agora o governo libera a compra de sacaria de fibras naturais da Índia e Bangladesh, medida que atinge diretamente a nossa produção de juta e malva. O motivo para tal medida seria o alto custo do produto similar nacional – um saco de fibras comprado da Índia custa R\$ 2, enquanto o produto nacional sai a R\$ 4,50 –, por conta da alta carga tributária. Mas nisso

existe o absurdo de pagar tributo e gerar empregos fora do país, quando a desoneração de tributos garantiria a produção nacional.

A par do problema, o governador Omar Aziz deverá encaminhá-lo junto à presidenta Dilma, com quem se encontrou ontem, acrescentando mais este item relevante à pauta de “assuntos prejudiciais ao Amazonas” que já é extensa, e tem exigido atenção e esforço redobrado do governo para evitar danos à nossa economia.

Resta lembrar que somente no Amazonas o setor responde por mais de 22 mil empregos, dos 40 mil estimados em toda a Amazônia.

## Indefinição mantém PIM em estado de alerta

# Indefinição mantém PIM em estado de alerta

*Segundo o Sindmetal, além de estipular tamanho, é necessário estar atento para que o aparelho não tenha receptor de sinal de TV*

POR LUANA GOMES

Nem a publicação da política industrial, nem as alterações garantidas pelo governador Omar Aziz (PSD) na MP (Medida Provisória) dos tablets-como intuito de delimitar o tamanho do dispositivo e impedi-lo de se assemelhar aos televisores- foram suficientes para que o segmento eletroeletrônico pudesse 'respirar aliviado'.

Segundo o presidente do Sindmetal/AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas), Waldemir Santana, além da estipulação de tamanho, é preciso tomar cuidado para que o aparelho em formato de prancheta também não tenha receptor de sinal de televisão.

O dirigente ressalta que a entidade chegou a enviar

uma série de emendas à MP 534, na tentativa de diminuir as semelhanças dos tablets com a 'galinha dos ovos de ouro' do PIM (Polo Industrial de Manaus).

---

***Polo eletroeletrônico é responsável por 40,36% da mão de obra e 32,12% do faturamento do PIM, conforme dados da Suframa***

---

Principalmente quando o setor eletrônico é responsável por 40,36% da mão de obra ocupada atualmente no Polo (103.348 funcionários), conforme a Suframa

(Superintendência da Zona Franca de Manaus), e também obtém fatia de 32,12% do faturamento 'abocanhado' nos primeiros cinco meses do ano (US\$ 16,34 bilhões).

### **Mudanças tecnológicas**

Com base na sugestão da entidade, o deputado petista José Ricardo deve apresentar indicação a respeito do assunto para a União. Por meio de assessoria, Ricardo comentou que há necessidade de se preocupar com a existência ou não do sinal, "que caracteriza o produto como TV, e não como tablet".

O parlamentar lembrou que o Amazonas precisa inovar na produção, em virtude de vários produtos do Polo serem "constantemente ameaçados por causa das mudanças tecnológicas".

### Indefinição mantém PIM em estado de alerta (continuação)

## Zona Franca ainda conta com vantagens comparativas, garante economista

Apesar das previsões de faturamento do PIM serem menos favoráveis depois dos recentes entraves, conforme declaração anterior de Athaydes Félix, presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), o economista José Laredo afirma que o foco das discussões não deve ser somente no montante no-

minal do faturamento.

De acordo com o consultor econômico, mesmo com os obstáculos, é preciso observar que o Polo ainda se mantém atrativo com sua VTC (Vantagem Tributária Comparativa), em torno de "57% quando se estuda a localização dos novos investimentos". "Apesar da taxa líquida de natalidade apresentar uma média de 1,35% ao ano, adiciona-se anualmente

novas fábricas operando

*Para José Laredo, o foco das discussões não deve ser somente o montante nominal do faturamento do Polo*

com laudos de produção.

Isso significa maior densidade de renda e emprego, mais qualificação dos cargos, mais atração de serviços, ajudando a desenvolver o modelo", destacou.

#### Guerra fiscal

O próprio diretor de arrecadação da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), Gilson Nogueira, afirma que a guerra fiscal faz parte da história do

país, numa competição natural entre os Estados.

Mesmo com os 'burbúrios' a respeito da ZFM (Zona Franca de Manaus), Nogueira salienta que, atualmente, o Amazonas é o 7º em Per Capita do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e está na 11ª posição de arrecadação do tributo no país, sendo a maior arrecadação da região Norte. "Isto é

motivo para os economistas observadores acreditarem que o modelo ZFM é um complexo de desenvolvimento positivo para esta região", finalizou.

#### Economia

Editor Responsável:  
Marco Dassori

mdassori@cam.com.br  
telefone: (92) 2101.5526  
fax: (92) 2101.5525



## Pesquisa

# Região Norte é a menos otimista com a economia

*Nível de confiança das famílias ficou abaixo da média nacional, aponta Ipea*

DA EQUIPE JJC

**A**s famílias da região Norte são as menos otimistas em relação à economia, tendo registrado 59,7 pontos, abaixo da média nacional (63,5 pontos). A informação consta em levantamento mensal do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Com escala que vai de 0 a 100 pontos, o estudo classifica como "otimistas" os índices que variam entre 60 e 80 pontos. Acima disso, os índices apontam "grande otimismo". Entre 40 e 60, moderação; abaixo de 40, pessimismo e grande pessimismo (até 20 pontos).

São levados em consideração a expectativa da família sobre a situação econômica atual, a percepção sobre a condição financeira passada e a expectativa sobre o futuro; a expectativa sobre consumo, endividamento, quitação de dívidas e mercado de trabalho.

A região que apresentou maior otimismo foi a Centro-Oeste (74,8 pontos). Em segundo lugar ficou a região Sudeste, com 63 pontos. A Sul registrou 62,6 pontos e a Nordeste, 61,6.

Na média nacional, as famílias mantiveram o oti-

mismo em julho, ainda que em nível inferior ao do mês passado. Isso ocorreu tanto para o período de um ano como para períodos mais extensos, de até cinco anos. O índice referente a julho marcou 63,5 pontos. Em junho foram registrados 64,1 pontos e em maio, 62,9.

Para 53,2% das famílias, o Brasil terá melhores momentos nos próximos 12 meses. Em junho, esse valor estava 3,6 pontos percentuais acima, confirmando a queda do otimismo.

### Momento atual

O momento atual é propício ao consumo de bens duráveis para 49,5% das famílias. Para 45,4%, o momento não é adequado. O estudo aponta, ainda, que 52% das famílias afirmam não ter dívidas, e que 9,2% se consideram endividadas.

"Aproximadamente 73% das famílias acreditam estar pouco endividadas ou não possuem dívidas, enquanto 93% dizem não pretender contrair financiamentos ou empréstimos nos próximos meses. Entre aqueles com contas atrasadas, 33% acreditam que não conseguirão saldar seus compromissos", informou o presidente do Ipea, Márcio Pochmann.

### ANÁLISE

Segundo o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, o momento é tido como bom, com número considerável de famílias que afirmam que este é o melhor momento para a aquisição de bens duráveis, conforme mostram os índices de elevação do consumo. Tendo esses dados como base, o estudo considera que, a curto prazo, continuará havendo sustentabilidade do impulso de crescimento da economia, e que, apesar das elevadas taxas de juros cobradas no país, o risco de alta taxa de inadimplência permanece moderado.

**Márcio Pochmann**  
Presidente do Ipea

## Preços

# Índice do Produtor encolhe 0,66% em junho

O IPP (Índice de Preços ao Produtor), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), caiu 0,66% em junho, na comparação com maio. Em 2011, o IPP acumula alta de 0,55%. No acumulado em 12 meses, a variação do indicador é de 4,89%.

O IBGE revisou a variação do IPP de maio ante abril, de uma queda de 0,55% para recuo de 0,46%. O número acumulado no ano até maio também foi revisado, passando de 1,13% para 1,22%. Já a variação acumulada nos 12 meses encerrados em maio foi revista de 5,60% para 5,69%.

Houve queda de preços em 15 das 23 atividades

pesquisadas no índice em junho, contra dez no mês anterior.

### Equipamentos de Informática

As quatro maiores variações de junho ante maio foram verificadas em equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-3,80%), produtos de metal (-2,64%), têxtil (-2,41%) e metalurgia (-1,86%).

Os itens que tiveram maior impacto na queda de 0,66% no índice em junho contra maio foram alimentos (-0,27%), metalurgia (-0,16%), outros produtos químicos (0,13%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-0,13%).

## Brasil Maior



Follow-Up  
EMPRESARIAL

### Brasil Maior

Em um mundo globalizado e competitivo, é importante que o Brasil defina uma política industrial para compensar, em parte, as deficiências refletidas no 'Custo Brasil' – onde se encontra a causa de todos os nossos problemas de competitividade. Em meio ao persistente aumento da participação de produtos primários nas exportações, o governo lançou esta semana o programa "Brasil Maior", destinado a alavancar o setor industrial. As medidas devem incluir desonerações fiscais para os setores automotivo, têxtil, calçados, máquinas, químico e de inovação, além da concessão de incentivos a produtos industrializados para exportações e uma política de defesa comercial.

O programa objetiva elevar a taxa de investimento de 8,4 % do PIB, em 2010, para 22,4 % até 2014, e reduzir o déficit de manufaturados na balança comercial de 2,4 para 1,3 % do PIB. "Frente a um cenário internacional ainda marcado pelas incertezas, é preciso atravessar fronteiras e enfrentar a competição nos mercados globais, conquistar liderança tecnológica em setores estratégicos; internacionalizar

as nossas empresas e (...) enraizar aqui as estrangeiras", diz um trecho da apresentação do programa na página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na internet.

Embora tímido – o país ainda não compreendeu a importância de estimular os negócios em uma economia de mercado –, é uma iniciativa alvissareira da presidente Dilma Rousseff ainda no início do segundo semestre do primeiro ano de seu governo. O Brasil Maior chega no momento em que vários países tentam enfraquecer suas moedas para ganhar competitividade no mercado global, diante de uma economia enfraquecida. Com o real entre as moedas mais valorizadas, o setor empresarial tem pressionado o governo para criar novos incentivos para fortalecer a indústria nacional.

Devolução de impostos e financiamento a exportadores, desoneração de folha de pagamento para setores intensivos em mão de obra e política tributária especial para montadoras são alguns dos itens da nova política industrial anunciada pelo governo federal na última

terça-feira. É um ensaio do governo antes de decidir-se por algo mais corajoso, com maior amplitude, diz o ministro Mantega. Na mesma terça-feira, o IBGE divulgou queda de 1,6 % da produção industrial em junho, bem maior que a previsão de baixa de 0,2 %.

No dia anterior, o governo divulgou uma queda de quase 30 % cento

---

**Em um mundo globalizado e competitivo, é importante que o país defina uma política industrial para compensar, em parte, o 'Custo Brasil'**

---

do superávit comercial em julho em relação ao mês de junho, o que indica a necessidade de incentivar a indústria e o setor exportador. "É preciso fortalecer as cadeias produtivas e proteger a indústria nacional de práticas comerciais ilícitas", afirmou a presidente Dilma

Rousseff no lançamento do programa.

Brasil Maior prevê ainda a prorrogação, até 2012, do Programa de Sustentação do Investimento, criado em 2008 durante a crise financeira internacional, com recursos de R\$ 75 bilhões, e a concessão de financiamentos pelo BNDES para alguns setores. A ampla desoneração da folha de pagamento, pleiteada por empresários, vai beneficiar neste primeiro momento os segmentos que usam mão de obra mais intensamente, como as indústrias calçadista, moveleira e de software. Já as montadoras de veículos, terão regime tributário especial. Outro ponto do programa é o incentivo à produção nacional em vários segmentos econômicos, com a instituição de margem de preferência de até 25% nas licitações do governo para produtos manufaturados e serviços.

#### Encargos sociais

Estudo da Fiesp, feito com base em dados do Departamento de Estatística do Trabalho

dos EUA (BLS, na sigla em inglês), mostra que os encargos sociais no Brasil são responsáveis por um terço (32,4%) dos custos de mão de obra na indústria de transformação. É o valor mais alto de toda a amostra, 11 pontos percentuais acima da média dos 34 países estudados (21,4%).

Na Europa, o peso dos encargos sobre a mão de obra é de 25%. Quando comparada a países em desenvolvimento, a posição do país é ainda pior. Os encargos sociais no Brasil (32,4%) contrastam com os de Taiwan (4,7%), Argentina e Coreia do Sul (17%) e México (27%). "Os encargos incidentes na folha de salários traduzem-se em encarecimento da mão de obra e dos custos de produção de bens e serviços, afetando a competitividade local", diz o diretor do departamento de competitividade da Fiesp, José Ricardo Coelho, que coordena o trabalho. "O problema é mais grave na indústria de transformação, cujos bens em geral competem em mercados com escalas globais".

---

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. [ciemam@ciemam.com.br](mailto:ciemam@ciemam.com.br) e [rbomfim@hotmail.com](mailto:rbomfim@hotmail.com)

---

**CAPA**

REUNIÃO COM DILMA DEFESA DA ZFM

# Omar Aziz denuncia isenção de impostos

Espírito Santo e Santa Catarina recebem incentivos para importar produtos chineses.

Vanessa Grazziotin

## Dilma ao lado da ZFM

O Plano Brasil Maior, que estabelece a nova política industrial brasileira, garantiu por meio da MP-540 a produção de tablets (computador em forma de prancheta) na Zona Franca de Manaus (ZFM) em condições favoráveis.

Além da isenção de 100% do Imposto de Renda para a fabricação de bens de informática que estão no programa de inclusão digital nas áreas da Sudam e Sudene, regiões onde Manaus possui grande atrativo por causa da cesta de incentivos, a medida protege a produção de celulares e televisores LCD no Estado. Neste último caso, a MP limita o tamanho do tablet numa área superior a 140 cm<sup>2</sup> e inferior a 600 cm<sup>2</sup> e impede o controle remoto.

Estive ontem, junto com o governador Omar Aziz e o senador Eduardo Braga, numa reunião extremamente positiva com a presidente Dilma Rousseff, quando discutimos o assunto. O encontro contou com a presença do ministro Guido

Senadora pelo Estado  
do Amazonas  
e-mail: senadoravanessa  
@gmail.com



Mantega (Fazenda). Mais uma vez a presidente Dilma nos garantiu que todos os seus compromissos com a Zona Franca serão mantidos, entre eles, a prorrogação dos incentivos fiscais por mais 50 anos e a ampliação deles para a região metropolitana de Manaus.

A presidente elogiou o desempenho da Zona Franca que nos primeiros cinco meses deste ano registrou faturamento recorde de US\$ 16,3 bilhões.

Nada diferente do que já havíamos afirmado, esse compromisso político frustra a movimentação daqueles que pretendiam colocar o povo do Amazonas contra o Governo Dilma.

Para esses arautos do apocalipse, que chegaram a prever o fim da ZFM, nossa bancada parlamentar no Congresso e o governo estadual demonstram que a unidade política é o melhor caminho para a continuidade do modelo, único projeto de desenvolvimento regional que deu certo no país.

## AM se volta contra os splits e motos chinesas

Após um discurso em que reclamou do fato de o Governo Federal estar discutindo uma nova política industrial para o Brasil sem consultar o Amazonas, na última semana, o governador do Estado, Omar Aziz, foi ontem à Brasília colher, junto à presidente da República, Dilma Rousseff, os frutos da pressão sobre o Planalto e, de quebra, "atualizou" a lista de queixas sobre medidas que afetam a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM), denunciando a isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para condicionadores de ar split e motos de 80 cilindradas chinesas concedida pelos Estados do Espírito Santo e Santa Catarina.

"A prática tem sido uma ameaça à produção de split e ao polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus", disse o governador. Dilma recomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, que resolva a questão imediatamente. No lançamento da nova política industrial brasileira, o "Plano Brasil Maior", na última terça-feira (2), tanto Dilma quanto Mantega foram firmes em relação à proteção da indústria nacional diante das importações. O ministro chegou a citar o problema das importações incentivadas. "Alguns Estados estão dando incentivos às importações barateando os produtos de fora. Não podemos admitir isto", disse Mantega.

O pedido de "resolução imediata" da questão foi mais uma boa notícia no dia em que o Diário Oficial da União publicou a Medida Provisória 540/2011, que trata da nova política industrial brasileira, incluindo dois artigos que resguardam o Polo Industrial de Manaus (PIM).

O primeiro estabelece o tamanho dos tablets de 140 cm<sup>2</sup> a 600 cm<sup>2</sup> e determina que não possuam controle remoto; e o segundo dá isenção do Imposto de Renda (IR) aos fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, localizados nas

### Tablet não é TV

**Omar Aziz explicou que, ao estipular o tamanho mínimo e máximo dos tablets, a MP 540 evitou que televisores pudessem se aproveitar de incentivos fiscais criados para o equipamento. "O pólo de TVs da ZFM fica preservado", disse.**

áreas de abrangência das Superintendências de Desenvolvimento do Norte (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

A MP também prorroga por mais dez anos o benefício fiscal do IR na Sudam e Sudene, modificando a Lei nº 11.196/2005. A legislação previa dedução de 75% do imposto de renda até 2013. Agora, ela vai até 2021.

"Essas decisões demonstram o carinho que a presidente

Dilma tem para com o povo do Amazonas. Ficamos mais tranquilos porque as medidas contidas na MP 540 mantêm as nossas vantagens comparativas e a manutenção dos empregos gerados no PIM", declarou Aziz.

### PRÓXIMA BATALHA

Vencida a batalha sobre os incentivos da MP 540, o próximo passo do governo e da bancada do Amazonas é buscar o compromisso do Governo Federal para incluir emendas na MP 534 (a MP dos tablets) no que diz respeito à desoneração de PIS e Cofins. Relator da medida, no Senado, Eduardo Braga (PMDB) não quis adiantar os próximos passos do Amazonas, mas a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) adiantou que já conversou com a relatora da MP na Câmara, para que sejam contempladas as emendas que beneficiam o Polo Industrial de Manaus.

## Projetos de mobilidade urbana

Na próxima semana, o governador Omar Aziz vai se reunir com as ministras Miriam Belchior (Planejamento) e Gleisi Hoffman (Casa Civil) para tratar sobre os projetos de mobilidade urbana para a capital amazonense, incluindo o monotrilho e o anel que sai por trás do Distrito Industrial, passando pela reserva Adolpho Ducke até chegar à avenida Torquato Tapajós sem passar pelo centro da cidade.

A determinação foi dada pela presidente Dilma na reunião de ontem como o governador. Omar negou que as obras para a Copa do Mundo de 2014, em Manaus, estejam atrasadas e considera normais

as exigências do BNDES, que ainda não liberou os recursos para a construção da Arena da Amazônia, como forma de controle dos recursos públicos.

De qualquer forma, o projeto do monotrilho não é considerado prioritário entre os projetos para a Copa do Mundo pelo Governo do Estado. Não haveria tempo hábil para a implementação do projeto uma vez que apenas ontem foram abertos os envelopes para escolha do consórcio que ficará responsável pelas obras. O Governo corre para aproveitar as facilidades de financiamento para obras relacionadas à Copa do Mundo.

**Mais sobre monotrilho na C2**

## Projeto prevê redução de IR até 2038

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, aprovou ontem, por unanimidade, o Projeto de Lei 962/11, de autoria do deputado Pauderney Avelino (DEM), que prorroga até 31 de dezembro de 2038 o prazo para que as empresas aproveitem projetos para a instalação, ampliação, modernização ou diversificação de empreendimentos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a fim de terem direito à redução de 75% do imposto sobre a renda.

A Medida 540/2011, publicada ontem, dá isenção total do imposto de renda, na área da Sudam e Sudene, e prorroga por mais dez anos o benefício. "O incentivo está previsto em lei até 31 de dezembro de 2013. A prorrogação do prazo, por mais 25 anos, é fundamental para a instalação de novas empresas, bem como para a ampliação e modernização dos empreendimentos existentes. Sem a concessão de tais benefícios, as empresas não terão interesse em permanecer ou se instalar nas regiões Norte e Nordeste, devendo investir em regiões mais desenvolvidas, perpetuando, assim, o quadro de forte desigualdade existente", argumentou Pauderney Avelino.

Com aprovação do relator da matéria, deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR), o projeto de lei segue agora para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

## AM se volta contra os splits e motos chinesas (continuação)

Política de incentivo à indústria, do Governo Federal, pretende estimular a instalação de fábricas de componentes no Brasil

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, revelou que a presidente Dilma Rousseff deverá anunciar em breve novas medidas de incentivo às áreas de semicondutores e banda larga. Sem dar detalhes dos projetos em análise, o ministro destacou que as medidas deverão estimular o investimento no Brasil. "Esperamos entrar no clube de 20 países com indústria de semicondutores e no clube de quatro países que tem produção do display, a

tela de toque", destacou Mercadante, durante evento da Confederação Nacional da Indústria.

A prioridade do governo é estimular a produção de diversos itens no Brasil, entre eles tablets, notebooks e semicondutores. Para tanto, uma das medidas incluídas no plano Brasil Maior e apresentadas na terça-feira (2) foi a aplicação de uma chamada margem de preferência de até 25% do valor na compra de produtos manufaturados produzidos no Brasil. "É

### Tecnologia

Na reunião com a presidente Dilma Rousseff, Omar Aziz disse que também tratou sobre o desdobramento da nova política industrial brasileira, que vai estimular a implantação da indústria de microeletrônica no País. Ele prometeu "briggar" para garantir uma fábrica de semicondutores para o Amazonas.

um instrumento que já existe nos Estados Unidos e em diversos outros países e que reflete uma política consciente do Estado de utilizar sua capacidade de compra para fortalecer a cadeia produtiva e a inovação no País", defendeu Mercadante.

### AMAZONAS

A maior parte dos componentes usados pelas indústrias de eletrônicos do Polo Industrial de Manaus é importada, mas havendo incentivos para a produção de semicondutores e displays poderá haver substituição de importação.

Antecipando-se ao anúncio oficial das novas medidas de incentivo, o governador do Amazonas, Omar Aziz, disse à presidente Dilma que o Estado é candidato natural a uma indústria do setor.

## Juta e malva

# Importação prejudica produtores de fibras

Produtos trazidos da Índia reduzem a competitividade da indústria amazonense

**CINTHIA GUIMARÃES**

DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) acionou os ministérios da Agricultura (Mapa), da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para que estabeleçam limites à importação de sacos feitos de juta e malva da Índia, que está prejudicando a competitividade dos produtores locais. Até agora, não houve resposta.

A importação foi liberada no final de 2010 pelo Departamento de Operações e Comércio Exterior (Decex), do MDIC.

O Amazonas é o maior Estado produtor da matéria-prima. A fibra é beneficiada e enviada a quatro indústrias que fabricam os sacos, utilizados no armazenamento de produtos agrícolas como café, cacau e castanha-do-pará.

### PRODUÇÃO

Segundo o secretário da Sepror, Eron Bezerra, o Amazonas produz em torno de 11 milhões de toneladas de fibra de juta e malva por ano, enquanto o Brasil precisa de 20 mil toneladas. A safra de juta em 2011 faturou cerca de R\$ 30 milhões.

“Não somos contra a importação de juta, até porque o Brasil não é autossuficiente nessa área. Importar significa que não

### Municípios

**As plantações de juta em regiões de várzea estão localizadas nas cidades de Anori, Anamá, Beruri, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manauquiri, Parintins, Uruará e Urucurituba.**

está sendo produzido nenhum emprego e agregação de valor no Brasil”, ressaltou, lembrando que a indústria de juta gera 40 mil empregos no País.

O assunto foi levado ontem à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) pelo deputado Orlando Cidade. Ele explicou que os grandes produtores de café do Sudeste (SP, MG, ES, RJ) estão preferindo importar sacos da Índia que custam R\$ 2,

ao invés de comprar da indústria brasileira a R\$ 4,50. “Já estamos com dificuldades de vender os sacos feitos aqui. De um universo de R\$ 25 milhões de sacos, já entrou mais de R\$ 4 milhões de sacos importados no Brasil no primeiro semestre”, acrescentou.

Eron Bezerra afirmou que “é preciso ter o controle da situação, senão, vamos ter um conjunto de prejuízos ao Estado”.



Até 2016

## Isenção de IPI para montadoras

O governo irá reduzir a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para montadoras instaladas no Brasil até julho de 2016, desde que elas atendam requisitos de agregação de conteúdo nacional, investimento, inovação tecnológica e produção local. O benefício, previsto na Medida Provisória 540, publicada no Diário Oficial da União de ontem, atinge os automóveis de passeio.

O coordenador geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, disse que as indústrias exclusivamente importadoras não irão se enquadrar na medida. “Isso tudo vai propiciar o aumento da competitividade da indústria nacional e estimular a instalação de fábricas no Brasil”, afirmou.

A regulamentação da medida (por decreto) vai estabelecer o percentual de uso de peças importadas pela montadora de automóveis. “O objetivo é melhorar a competição da empresa nacional em relação aos importados”, disse Mombelli.

## Porto licenciado

**ANA CELIA OSSAME**

DA EQUIPE DE A CRÍTICA

vele pela obra, tisse que o licenciamento concedido pelo Ipaam é um passo muito importante por significar o aval para iniciar a obra seguindo todas exigências da legislação ambiental. O licenciamento foi concedido após o juiz federal Marcos Augusto de Sousa, reconhecer, em agravo de instrumento, a competência do órgão estadual para conceder o licenciamento, pois esse poder havia sido questionado na Justiça Federal.

Laurits explica que, pela importância da obra, projetada desde o ano de 2008 para resolver o problema logístico do Polo Industrial de Manaus (PIM), a empresa contratou um escritório de advocacia que vem cuidando do licenciamento com advogados especialistas nessa área. Ele não quis comentar as contestações ao projeto do porto feitas pelo Movimento SOS Encontro das Águas por entender que o grupo não é figura jurídica constituída, portanto não cabe a ele falar sobre a questão.

A Lajes, segundo o diretor, buscou o órgão governamental responsável pela área ambiental e vem procurando atender a todas as exigências feitas pelos órgãos nas diversas esferas governamentais. Sem saber dizer quando os trabalhos devem ser iniciados, o diretor explicou que o próximo passo é a outorga da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o posicionamento da Prefeitura de Manaus quanto ao estudo de impacto de vigilância.

### LICENCIAMENTO

De acordo com a Licença de Instalação de nº 134/11, a concessão tem validade de um ano e a obra, pelo potencial poluidor e degradador "grande" tem que cumprir 13 condições entre as quais a apresentação, em 90 dias, de complementação ao estudo contemplando um plano de resgate de fauna e monitoramento da qualidade da água, fazer levantamento prospectivo na área do empreendimento e realizar estudo contemplado por mapas dos fragmentos florestais. Entre os programas de mitigação ambiental, a empresa terá que ter um Programa de Educa-

### EIA atendido

**O presidente do Ipaam, Antônio Stroski, disse que o licenciamento foi liberado porque o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi atendido. Conforme Stroski, as restrições citadas podem ser cumpridas na vigência da licença. Ele afirmou que a superintendência do Iphan no Amazonas deu anuência ao Eia/Rima.**

ção Ambiental e Patrimonial, programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Programa de Reabilitação de Áreas Degradadas (Prad) e Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais, entre outros.

### IPHAN

De acordo com nota do Iphan divulgada ontem, o projeto de construção do Porto das Lajes, ainda precisa ser avaliado pelo órgão, em Brasília, o que já vem acontecendo. Em nota enviada à reportagem, a assessoria de imprensa do órgão disse que "a presidência do Iphan avocou para si a competência no processo do encontro das águas, e o projeto do porto está em análise pelo Departamento de Patrimônio (Depam)". Na nota, a assessoria diz, ainda, que "como a área é tombada, qualquer obra que venha a ser feita no local só poderá ser realizada com aprovação do Iphan. Caso contrário, estaria irregular". Segundo a assessoria, caso as obras sejam iniciadas sem este posicionamento, elas poderão ser embargadas.

## Porto licenciado (continuação)

### Pontos



### Características do projeto

- ✘ No projeto, o porto das Lajes está localizado no Km 17 da alameda Cosme Ferreira, no bairro Colônia Antônio Aleixo, numa área de 600 metros quadrados;
- ✘ Avaliado em R\$ 220 milhões, o porto tem localização estratégica, segundo a empresa Lajes Logística, por estar situado logo após o encontro das águas dos rios Negro e Solimões;
- ✘ A bióloga Elisa Wandelli, membro do movimento SOS Encontro das Águas, disse que o grupo vai entrar com uma ação nos Ministérios Públicos Federal e Estadual contra o licenciamento ambiental expedido pelo Ipaam porque a área é de jurisdição de instituições federais como Ibama e Iphan.

### Decisão ignora processo

"Estão atropelando ritos processuais de uma questão que está na justiça por conta da manifestação de um juiz que reconheceu o poder do Ipaam de licenciar a obra", afirmaram o sociólogo Ademir Ramos, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e o padre Geraldo Bendahan, da Paróquia de São Francisco, na Colônia Antônio Aleixo, ambos integrantes do Movimento SOS Encontro das Águas.

A decisão ignora um processo que está na Justiça, disse Ademir, ironizando a rapidez do Ipaam em conceder a licença logo após a manifestação do juiz federal Marcos Augusto de Souza reconhecendo a competência do órgão quanto ao licenciamento, no último dia 29 de julho. "Não há respostas para vários questionamentos quanto aos riscos para a tomada de água da cidade e o lago do Aleixo", afirmou o padre Bendahan, cobrando a realização de audiências públicas e a aprovação do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), ainda na justiça. "Não pode haver obra sem audiência pública e sem o Rima", afirmou.

**Imenês Batista, pescador**

**"Vão poluir muito mais o lago do Aleixo e o rio Negro que já vem sendo bastante afetado com o aumento do número de balsas na área portuária da Colônia Antônio Aleixo. Os peixes não vão viver muito. Ou vão morrer ou vão se afastar porque a quantidade de óleo já é vista**

hoje, sem ter esse porto, imagine, sem ter esse porto, imagine quanto tiverem dezenas de balsas navegando. Eu não vivo da pesca, mas há mais de 20 anos venho no lago pescar para comer e sei como isso está mudando. A gente pega muito peixe morto ou manchado com óleo porque a quantidade de balsas já é grande aqui. Tem uma insta-

lada na entrada do lago, que fica soltando não só óleo, mas também outras sujeiras. É uma pena saber que esse porto vai trazer muitas tristezas para quem vive aqui e até para quem, como eu, vem só pela alegria de poder pescar uma quantidade suficiente para comer numa refeição."

## **CAPA**

### **ECONOMIA**

# **Líderes comemoram licença do Ipaam para a construção do Porto das Lajes**

Os setores comercial e industrial receberam com otimismo a concessão da licença do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) de instalação do Porto das Lajes, na área do Polo Industrial de Manaus (PIM).

### Empresários comemoram licença para instalação de porto no PIM

TEXTO Daisy Melo

FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

**O** comércio e a indústria do Amazonas receberam com otimismo a concessão da licença de instalação concedida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) ao projeto do Porto das Lajes. Segundo dirigentes dos setores, a construção de um novo terminal diminuirá os custos das operações e garantirá mais celeridade ao processo de desembarço.

Segundo o vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM) Aderson Frota, a am-

pliação da capacidade portuária é bem-vinda, pois amplia os serviços e a capacidade de recepção de mercadorias, melhorando a atividade econômica da Zona Franca de Manaus (ZFM).

“Outro benefício seria o aumento da concorrência entre as operadoras e, conseqüentemente, a diminuição dos preços praticados o que resultaria em ganhos para a indústria, comércio e para a própria população”, explicou o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam/AM), Wilson Périco.

O presidente do Ipaam, Antônio Ademir Stroski, comentou que os reflexos econômicos da medida entram na pauta na análise da concessão. “Sabemos que o empreendimento traz be-

nefícios logísticos, nos perguntamos ‘e se não fizer?’, mas a questão considerada são os impactos ambientais”, afirmou. Segundo Stroski, a instalação foi autorizada porque a empresa se comprometeu a atender às 22 condicionantes requisitadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Ipaam, que vai monitorar o cumprimento das exigências.

Por ser uma área tombada pelo Iphan, qualquer obra que venha a ser feita no local só poderá ser realizada com a aprovação do órgão. A reportagem do DIÁRIO tentou ouvir o presidente do Iphan, Juliano Valente, mas as chamadas feitas para o número 92XX-XX76 não foram atendidas.

## **Dilma Rousseff garante a Omar Aziz uma solução para concorrência desigual**

A presidente afirmou que até a próxima quarta-feira o governo federal tomará uma posição a respeito da entrada no Brasil de condicionadores de ar split e de motonetas importados da China com isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS). Omar reuniu-se com Dilma na tarde de ontem, em Brasília, juntamente com os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin. Na terça-feira, por ocasião do Plano Brasil Maior, o governo federal também editou a Medida Provisória 540, que protege a indústria de celular e de televisor da Zona Franca de Manaus e dá competitividade à produção de tablet local. A MP 540 limita o tamanho do tablet, estabelece definições ao aparelho e retira os 25% do Imposto de Renda das indústrias que vão produzir o tablet no Estado.

## Outro golpe da Dilma contra o Amazonas

### ✓ *Desoneração é balela que não enganou ninguém*

O legendário lutador de Box Cassius Clay, depois de Muhammad Ali tinha uma técnica infalível para vencer seus adversários. De compleição física aquém do necessário para um peso pesado, ele desenvolveu a técnica de ignorar os golpes

dos adversários, assimilar os socos e bater, bater, bater, sempre bater, abaixo da linha de cintura para esmigalhar o fígado do adversários, que aos poucos ia sendo moído até não mais agüentar. No 11º round ele dava o golpe de misericórdia

e o adversário ia à lona, inclusive verdadeiros armários como o hoje pastor George Foremann.

Dilma usa a mesma técnica contra a Zona Franca de Manaus e, por tabela, todo o Amazonas. É compreensível o desabafo e o choro do se-

nador Alfredo Nascimento quando diz que foi enganado por ela. Não foi só ele o enganado. Ex-guerrilheira, a presidente usa as táticas de guerrilha para detonar a economia baré. Ataca rápido e vai embora, repetindo sistematicamente o método.

## Medida 'Definitiva' 534

As inovações anunciadas na Medida Provisória 534 - que de provisória sabemos que não tem nada - tiveram uma reação equivocada da bancada do Amazonas no Congresso Nacional, já que não garantem a competitividade das empresas e abrem as portas para a fuga de investimentos, que pode ser a maior da história. Até o Bocão foi na conversa e já batia palmas para Dona Dilma, ou melhor, a promessa de desonerar 100% o Imposto de Renda na fabricação de bens de informática, outro golpe abaixo da linha de cintura. O empresariado amazonense, que entende de números, não engoliu a isca. A tal desoneração só terá efeito prático se for em cima do lucro e não da produção. Simples assim.

## Outro golpe da Dilma contra o Amazonas (continuação)

### Paraenses beneficiados

Enquanto isso, a Zona Franca vai acumulando perdas. Não tem como segurar a avalanche de medidas adotadas pelo governo da presidente que mais prometeu proteger um modelo que entrou em crise aguda no seu governo. A bancada do Amazonas tem feito o que pode e até mais do que pode - é justo que se reconheça - pelo seu diminuto tamanho, mas não deve entrar no jogo da enganação.

Está claro que as medi-

das adotadas até aqui desagravam aos empresários, que vão preferir, por exemplo, produzir tablets em Belém e no Nordeste, porque o governo estendeu as novas medidas às áreas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde a infraestrutura é melhor, há estradas, aeroportos e estão próximas dos mercados consumidores.

### Mise-em-scene pura sem mistura

Tudo não passou de mise-en-scene, em bom português jogo de cena, ou melhor ainda, pura enganação. Dilma imagina que nossos narizes são furados pelos lados e que ninguém imagina quando ela está jogando para a

platéia, que qualquer firula ou chagão aparenta ser gol de placa. O empresariado amazonense sabe muito bem o que significa desoneração, seja de 100% ou 1000% na produção, ou seja, algo em torno de menos que zero.

### Televisores com até 140 cm de largura

Na Câmara Municipal de Manaus a medida encontrou barreiras. À exceção dos vereadores petistas, o restante meteu o pau e repudiou mais essa tentativa de golpe contra nossa economia, já tão combatida. É claro que a posição dos vereadores de Manaus não tem eco em Brasília, já que deputados federais e senadores é que deveriam estar brigando por Manaus. Votos eles receberam para isso. A Medida 534, todos sabem, foi editada no abaixar dos panos do Governo Lula. A versão original tinha 22 artigos. Quando foi publi-

cada, um dia antes de Lula pegar o beco, já tratava de oito assuntos.

Ao ser sancionada por Dilma, o texto incluiu incentivos à indústria de informática, esse sim, fatal para a sobrevivência da Zona Franca. As fábricas de televisores também foram atingidas mortalmente, já que a MP amplia incentivos para aparelhos de televisores também, com até 140 cm de largura. O vereador Homero de Miranda Leão, que é médico deu o diagnóstico: A Zona Franca de Manaus entrou em estado de coma irreversível. ▲



## Adin 4635 mela planos dos paulistas

A Adin impetrada pelo Governo do Amazonas começa a preocupar as multinacionais Apple e da Foxconn, que têm planos de implementar uma fábrica de iPads no Brasil. Omar Aziz entretou com a Ação Direta de Inconstitucio-

nalidade (ADI 4635) no STF para tentar suspender todas as leis e decretos paulistas que estabelecem incentivos fiscais à produção de tablets, peça chave para a vinda da produção da Apple para o nosso país.

Uma das condições que a Foxconn e a Apple deram para o início da produção de iPads no Brasil foi o incentivo fiscal que o governo se propôs a dar aos tablets fabricados no país (leia "Apple se mostra interessada

no incentivo fiscal que o governo brasileiro quer dar aos tablets"). Com isso, o governo de São Paulo rapidamente se agilizou para reduzir também sua carga tributária, a fim de atrair os fabricantes.

## Preservação dos interesses

"Apesar de se estar atacando o conjunto normativo de outra unidade da Federação, pretende-se, na verdade, a preservação dos interesses relativos à manutenção das características de área de livre comércio, exportação e importação e de incentivos fiscais conferidos pelos artigos 40 e 92 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) à Zona Franca de Manaus. (...) A criação de incentivos fiscais no Estado de São Paulo sem observância dos preceitos constitucionais gera uma "competição fiscal institucional" em relação ao Estado do Amazonas e seu pólo industrial, "distorcendo o espírito da Constituição no que respeita às desigualdades regionais, especialmente relacionados à Região Norte e o projeto de desenvolvimento sustentável denominado Zona Franca de Manaus", sustentou Aziz.

## Sai pra lá

Mas o governador Omar Abdel Aziz, não gostou nada de ver que as fábricas não serão aqui, e o que é pior, enteram de vez a Zona Franca de Manaus, uma vez que os próximos produtos a revoarem daqui serão as TVs de LCD e Plasma, por isso entrou com o pedido de inconstitucionalidade contra os paulistas. Ele voltou a afirmar que os incentivos fiscais colocam em risco a Zona Franca de Manaus, pois estabelecem uma competição desigual entre os produtos fabricados em Manaus e aqueles fabricados e comercializados em São Paulo.

## Adin 4635 mela planos dos paulistas (continuação)

# Bem que tentamos

Ainda em abril, Manaus tentou entrar na briga pela fábrica brasileira, mas não teve chances frente aos fortes incentivos fiscais de São Paulo. Enquanto que em Manaus os fabricantes devem pagar 12% de impostos, em território paulista, com a nova política de isenção, é 0%.

Para Aziz, a redução de impostos na fábrica de Jun-

diaí (e em todo o estado de São Paulo) é inconstitucional porque afronta os artigos 40 e 92 do ADCT, que asseguram especial proteção à Zona Franca e também os artigos 152 e 155, parágrafo 2º, XII, 'g', da Constituição, que veda a criação de diferença de tratamento tributário e exige celebração de convênios entre os estados para sua concessão.

# A outra face do engano

Com essa atitude, mais uma vez ficou provada a importância (nenhuma) que o governo federal dá para o Amazonas, ironicamente, um dos estados que garantiu a maior votação, em termos gerais, para a presidente Dilma Rousseff, que ensaiou o engano vindo aqui com um avião repleto de celebridades antes de desferir o golpe mortal. Outra estratégia dela foi anunciar a prorrogação da Zona Franca em mais 50

anos; com as atuais condições, nem que fosse prorrogada para cem anos de nada adiantaria.

A segunda tentativa ou intenção de chamar os amazonenses de burros foi afirmar que a saída da fábrica de tablets daqui para São Paulo não iria prejudicar a Zona Franca. Omar esperou o que pôde, até resolver dar um basta na palhaçada. A briga, agora, está no Supremo e promete ser boa.

## Funcionários da Moto Honda voltam ao trabalho

Os trabalhadores da indústria Moto Honda da Amazônia retornaram nesta segunda-feira às atividades, depois que o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, ligado à CUT (Central Única dos Trabalhadores),

fez um acordo com empresa. Foi garantido um aumento do piso salarial de 12%. O sindicato diz que cerca de 10 mil empregados da fábrica paralisaram a produção de motocicletas na sexta-feira. Com isso,

afirma o sindicato, ao menos 12 mil motos deixaram de ser produzidas. O presidente do sindicato, Valdemir Santana, disse que o acordo foi ratificado na manhã de hoje. Segundo ele, os trabalhadores que

ganham até R\$ 8.400 tiveram aumento salarial de 9,5%. Os que ganham acima desse teto um reajuste de 8%. Foi garantido também um abano no salário nominal de 6,5% para pagamento do mês de agosto.

## Rejeição a aumento

A paralisação da Moto Honda aconteceu depois que os trabalhadores rejeitaram um aumento de 9,5% proposto pela empresa. Eles queriam 17,5% de reajuste. Na noite de sexta-feira o sindicato chegou a negociar um aumento de 10%, mas a empresa não aceitou.

Santana afirma que o acordo da Moto Honda serviu de parâmetro para o reajuste de todo o setor de metalúrgico, que inclui empresas como Yamaha e Daffra. Procurada pela reportagem, a Moto Honda não se pronunciou sobre o término das negociações com o sindicato.

## Plano de saúde cobrirá até 12 sessões com nutricionista

Entre elas está a operação de redução de estômago, indicada para pacientes obesos, e a retirada da próstata, intervenção feita geralmente em decorrência de câncer.

O documento também detalha quais despesas devem ser pagas ao acompanhante da mãe durante o trabalho de parto e o pré e pós-parto. Apesar de a presença do acompanhante estar prevista em resolução anterior da ANS, havia casos de cobranças já que as despesas não eram discriminadas. Elas agora incluem acomodação, alimentação e vestimenta.

A determinação faz parte do novo rol de procedimentos da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Publicado ontem no "Diário Oficial" da União, o documento prevê a inclusão de 58 novos procedimentos e a

ampliação da cobertura de 11. As novidades incluem 41 cirurgias por vídeo, método considerado menos invasivo.